



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE APOIO ÀS CÂMARAS SETORIAIS E TEMÁTICAS  
CÂMARA SETORIAL DE FIBRAS NATURAIS**

**MEMÓRIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DATA:** 13/11/2024 – quarta-feira

**HORÁRIO:** 09:30 ao 12:00h

**LOCAL:** Sala de reuniões das Câmaras – MAPA

**Link de Acesso:** [https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting\\_Yjk5NTgxMWMtODI1My00NjA4LWEyMjYtM2Y0N2ZjMmNmNDkw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c2%22%2c%22Oid%22%3a%22db80fadd-5128-4e17-931a-9f19b12ecf6e%22%7d](https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_Yjk5NTgxMWMtODI1My00NjA4LWEyMjYtM2Y0N2ZjMmNmNDkw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%229367b38e-17eb-4358-a665-5ca5bdfaf0c2%22%2c%22Oid%22%3a%22db80fadd-5128-4e17-931a-9f19b12ecf6e%22%7d)

**PAUTA DA REUNIÃO**

1. Abertura da 39ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial de Fibras Naturais (CSFN – MAPA). Informes da Secretaria - Dr Wilson Andrade – Presidente da CSFN; Rogério Nascimento – Secretário da Câmara - 09:30 às 09:40 (10 min)
2. Decreto que regulamenta a Lei nº 12.484 que institui a “Política nacional de incentivo ao manejo sustentado e ao cultivo do bambu – PNMCB” – Atualizações do setor e próximos passos. Guilherme Korte – ABRAFIBRAS; Representante da Frente Parlamentar do Bambu e fibras Naturais. 09:40 às 10:00 (20 min)
3. Demanda da Cadeia do Coco - Verificar se os países que exportam derivados de coco para o Brasil obedecem às mesmas exigências internas existentes no país, visando evitar uma concorrência desleal com os derivados nacionais; atualizações do setor. Fernando Florense SINDICOCO. 10:00 às 10:10 (10 min)
4. Balanço anual do setor: Representantes: - sisal - juta/malva - piaçava - seda- cânhamo 10:10 – 11:00 (1 hora)
  - Dados de produção anual
  - Exportação/ importação (se houver)
  - Dificuldades/ameaças
  - Avanços do setor
  - Demandas de política pública (indicar o órgão)
5. Informação sobre retorno do Dr. Wilson Andrade ao Conselho Consultivo do Fundo Comum de Commodities (CFC/ONU). Wilson Andrade. 11:00 – 11:10 (10 min)
6. Encaminhamentos da reunião da FAO em Salvador/Bahia/2024. Wilson Andrade. 11:10 – 11:30 (20 min)
7. Preço mínimo do Sisal 2024: ações realizadas, obstáculos e atualização recente do PM – CONAB. 11:30 – 11:50
8. Encerramento. Wilson Andrade; Karine Araujo 11:50 às 12:00 (10min)

## **OBSERVAÇÕES E INFORMAÇÕES RELEVANTES DA SECRETARIA DA CÂMARA**

Inicialmente o presidente da Câmara Setorial de Fibras Naturais - CSFN, Dr. Wilson Galvão Andrade, falou de um assunto extrapauta muito importante que é a Biomassa. Comentou que há 150 associações de produtores de fibras e um mercado muito grande nesse ramo. No entanto, há desafios e uma necessidade de estudos técnicos elaborados pela cadeia a fim de nortear a inserção das associações no mercado da Biomassa. Nas palavras do presidente Wilson Galvão Andrade, há grandes empresas que obrigam seus fornecedores a usarem madeira, o que leva a uma carência dessa matéria-prima para o mercado dessa importante fonte de energia renovável. Portanto, faz-se mister buscar soluções e alternativas viáveis para as Fibras Naturais na produção de Biomassa tendo em vista as oportunidades nesse momento. O presidente falou, por fim, que emerge a necessidade de iniciativa das associações e cooperativas para poderem entrar nesse ramo da biomassa e precisam buscar alternativas baseadas em estudos abrangentes que demonstrem como impulsionar e aproveitar essa área promissora para a cadeia da melhor forma possível.

Concernente ao **item 1 da pauta**, a memória da 38ª RO da CSFN, realizada dia 04/07/2024, fora aprovada por unanimidade. Também foi pontuado que a SPA/MAPA solicitou de todas as câmaras setoriais qual foi a entrega mais relevante para cada cadeia. Assim, foi solicitado que a câmara respondesse ao e-mail encaminhado, relatando qual foi a conquista da câmara de Fibras Naturais em 2024, bem como quais serão os desafios dessa câmara no ano de 2025. O calendário de reuniões 2025 foi aprovado com as seguintes reuniões ordinárias agendadas: **40ª RO 12/03/2025** (quarta-feira); **41ª 11/06/2025** (quarta-feira); **42ª RO 20/08/2025** (quarta-feira) e **43ª 05/11/2025** (quarta-feira) no período matutino.

Quanto ao **item 2 da pauta**, que trata do Decreto que regulamenta a Lei nº 12.484 que institui a “**Política nacional de incentivo ao manejo sustentado e ao cultivo do bambu – PNMBC**”, a Dra. Karine da Silva Araújo, consultora da Câmara Setorial de Fibras Naturais, comentou que, no fim de 2023, verificou-se que a última movimentação identificada no processo inicial foi em novembro de 2022. Então foi retomada essa demanda no ano de 2024 e surgiu a necessidade de se atualizar o status do processo, mas não foi fácil, pois se verificou que será necessária uma decisão multidisciplinar interministerial para dar andamento. Assim, concluiu dizendo que no Ministério da Agricultura não foi possível finalizá-lo já que o tema irá precisar do aval de outros ministérios.

O Dr. Guilherme Korte, representante da Abrafibra, comentou que foi realizado um convite para a diretora da Embrapa, Ana Euler, para retomar esse tema do PNMBC durante uma reunião na sede da Embrapa com a participação de 20 entidades do Bambu no Brasil. O Dr. Guilherme Korte disse que a Lei 12.484 é de 2011, mas, após ter passado por mais de 10 ministérios, infelizmente, devido a alteração de alguns itens do Ministério do Meio Ambiente, houve a necessidade de retomar da estaca zero. Segundo o Dr. Guilherme, a política deve ser retomada e isso pode ser adiantado por um decreto do presidente com a ajuda da Embrapa para ela agir com o poder que tem. Somente com a regularização da política nacional a cultura do Bambu poderá fruir dos benefícios disponíveis nas linhas de crédito já existentes para o seu plantio. Ao final de sua fala o Dr. Guilherme sugeriu incluir nesta política nacional, se houver interesse, as fibras naturais tendo uma política específica para o setor.

Ainda no **item 2 da pauta**, a professora Anelizabeth Teixeira, da Rede Brasileira do Bambu, deu a notícia de que foram contactados pela World Bambu que é uma fundação americana sem fins lucrativos muito importante nesse trabalho com o bambu no mundo e foram convidados pela Rede Brasileira do Bambu para organizarem o Congresso Mundial do Bambu no Brasil. A ideia é que o congresso aconteça em

maio de 2026 e como sugestão fazê-lo em Brasília/DF. Assim, espera-se dar bastante visibilidade e contar com apoio do Ministério da Agricultura, das Universidades e dos políticos para mostrarem as potencialidades do Bambu aos empresários, indústrias, comércio, produtores, alavancando a cadeia do Bambu.

O Dr. Wagner Lucena da Embrapa acrescentou que a Embrapa certamente apoia que o congresso seja realizado aqui em Brasília/DF e sugeriu que as tratativas se iniciem já na reunião de 16 de outubro momento no qual a Embrapa poderá apoiar a Câmara Setorial e será salutar convidar diversos departamentos dos ministérios envolvidos como o MMA, MAPA, MDA, MDS e outros nessa reunião de 16/10/24 para dialogar sobre essa política, pensando no Congresso Mundial do Bambu.

Por questão de ordem, o **item 7 da pauta** foi antecipado para fala do Dr. Fábio Costa da Conab. O presidente da CSFN pediu primeiramente que o Dr Rafael Mota falasse do assunto preço mínimo do Sisal 2024: ações realizadas, obstáculos e atualização recente do Preço Mínimo (PM). Dessa forma, o Dr Rafael Mota inicialmente comentou que houve um entendimento diferente na interpretação do processo de desfibramento do Sisal. Nas palavras do Dr. Rafael a pessoa que é dona do motor de desfibramento foi colocada como atravessadora e houve algumas complicações com relação a isso. Outro ponto colocado é que existem diversas questões com relação ao Preço Mínimo (PM) como, por exemplo, se o PM for inferior a campo há dúvidas se realmente haverá atuação da Conab, fazendo aquisição desse produto.

Em continuação ao **item 7**, o Dr. Fábio Costa, em nome da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), trouxe uma apresentação com um resumo da atuação da Empresa Pública responsável por realizar estudos e levantar os custos de produção, bem como pela atualização destes. Basicamente o Dr. Fábio falou acerca da Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM) e das Aquisições do Governo Federal para o Sisal. Comentou, em apertado resumo, acerca da legislação que rege a PGPM, isto é, o Decreto-Lei nº 79 de 1966. Também foi comentado o fluxograma das ações realizadas pela Conab no que concerne à atualização do Preço Mínimo. Basicamente o que fora comentado na última Reunião Ordinária desta CSFN que, de acordo com as variações do custo de produção, é enviada uma proposta para o Ministério da Agricultura, após a qual se sugere a atualização desse preço mínimo que tem vigência de julho de um ano a junho do ano seguinte. Após passar por análise do MAPA, envia-se a proposta final ao Ministério da Fazenda para apreciação do Conselho Monetário Nacional. Ao final, o MAPA fica encarregado de proceder à publicação por meio de Portaria do MAPA. Por fim, foi apresentado quais são os obstáculos e desafios do setor como, por exemplo, a ausência, nos principais municípios produtores de sisal, de unidades armazenadoras certificadas de acordo com as regras do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras.

O Dr. Ivo Naves, representante da Apaeb, comentou, se referindo à apresentação do Dr. Fábio Costa, que as políticas públicas precisam tornar-se exequíveis. Consoante entendimento do Dr. Ivo Naves, a lei e o decreto citados na apresentação do representante da Conab não são aplicáveis de forma realística para a área do Sisal. Nas palavras do Dr Ivo, ela foi editada para o grande negócio onde se tem o mercado competitivo. Concordou com o presidente Wilson quando comentou que não se pode sonhar com armazéns certificados, pois a realidade das principais regiões sisaleiras do Brasil não conta com um mercado competitivo. Comentou que esse desafio já foi colocado desde 2022 e pontuou que está previsto no Decreto 3.855 de 2001, que regulamenta a Lei 9.973/2000, que, nos casos de transbordo, essa legislação não se aplica. Logo, existe uma necessidade de uma sintonia fina entre o que os técnicos de Brasília da Conab, do Ministério da Fazenda e do Ministério da Agricultura entendem para se adequar à realidade que está na

ponta. Ao final, parabenizou a Conab pela antecipação da revisão dos custos de produção e do preço mínimo para abril de 2025.

Concernente ao **3º item da pauta**, que se refere à demanda da Cadeia do Coco, o Dr. Fernando Florense, representante do SINDICOCO, falou que hoje entra muito produto importado no Brasil principalmente da Indonésia e das Filipinas e esses produtos não apresentam a qualidade desejável, o que se transforma numa competição desleal com o produto brasileiro. Nesse sentido, a demanda citada é verificar se os países que exportam derivados de coco para o Brasil obedecem às mesmas exigências internas existentes aqui, visando evitar uma concorrência desleal com os derivados nacionais. O que se sugere é verificar algumas condições ambientais, trabalhistas, sanitárias, no que for possível, para atender às mesmas exigências que são feitas ao Brasil. O Dr. Fernando Florence referiu que as condições sanitárias daqueles países não são boas e as relações trabalhistas daqueles produtores de coco são diferentes das nossas, o que acaba por gerar um produto importado que entra aqui por valores que prejudicam os produtos de coco brasileiros. O Dr. Fernando Florense deixou claro que não é contra a competição de mercado, mas que esta seja justa. Além disso, trouxe dados de 2023 que, na sua visão, são preocupantes, pois o Brasil produziu em 2023 1.932.282 cocos. Somente no estado do Ceará foram 519.000 cocos, sendo o estado da Bahia o segundo lugar com 387.000. Para o Dr. Fernando isso representou uma queda porque em 2010 o estado da Bahia produzia 600.000 cocos, ou seja, uma redução de 50% nesse período. O Dr. Fernando Florense frisou que o pedido ao MAPA é que esse programa que foi lançado pelo Governo Federal para a cultura do coco nacional seja efetivamente implementado.

O presidente da Câmara Setorial de Fibras Naturais (CSFN), Wilson Galvão Andrade, antecipou os itens da pauta de sua fala sobre Conselho Consultivo do Fundo Comum de Commodities (CFC/ONU) e os encaminhamentos da reunião da FAO em Salvador/Bahia/2024. O Dr. Wilson disse que participou do CGC por 4 anos, aprovando projetos, mas houve pouco interesse das fibras naturais brasileiras nesse período quanto a aprovação de alguns projetos. Comunicou a todos que foi convidado novamente para mais 4 anos para servir como julgador das propostas de projetos lá em Amsterdã. As reuniões ocorrem duas vezes por ano e eles têm possibilidade de financiar entre 30 e 50 milhões de Euros para projetos na área de commodities e a câmara de fibras naturais terá no futuro oportunidade de pensar nessa possibilidade. Convidou a Câmara a trabalhar nesse sentido, pois não há uma promessa, mas uma oportunidade. Assim, referiu o presidente da CSFN, que foram indicados pelo governo brasileiro e irão representar o Brasil nesse grupo de 9 especialistas que julgam e aprovam esses projetos para receberem apoio. Quanto à segunda comunicação, o Dr. Wilson Andrade disse que a oferta do vídeo da reunião da FAO, realizada em Salvador no mês de maio de 2024, com resumo em português e inglês está pronto. As entrevistas dadas em inglês aparecem com legenda em português e vice-versa. O presidente da CSFN se comprometeu a mandar esse vídeo para os representantes da câmara, inclusive com as informações da Biomassa. Também referiu que em Janeiro de 2025 vai acontecer uma grande reunião da FAO na China, onde serão apresentados resultados de pesquisa e desenvolvimento, convidando-se os demais países produtores para absorverem e trocarem ideias sobre tais resultados.

Sequencialmente a Reunião Ordinária caminhou para apresentação dos diversos segmentos representantes da Câmara Setorial de Fibras Naturais (CSFN). No **item 4 da pauta**, houve um balanço anual do setor e cada representante teve 10 minutos de fala: o sisal, a juta e a malva, a piaçava, a seda e o cânhamo. Houve esse espaço de fala para tratar sobre os seguintes aspectos: dados de produção anual, exportação e importação, dificuldades e ameaças, avanços do setor e as demandas de política pública.

Quanto à participação da piaçava e da seda não houve a confirmação da participação. Quanto ao bambu e ao coco as falas foram realizadas anteriormente nessa reunião ordinária.

O Dr. Rafael Mota, representante do Sisal, fez uma apresentação de um breve balanço da sisalicultura com o resumo das principais atividades. Falou da dimensão estrutural a curto, médio e longo prazo, indicando os pontos chaves como a importância socioeconômica do sisal, ineficiências da produção, necessidade de desenvolvimento tecnológico, coordenação e investimentos ao longo do tempo e articulação com instituições governamentais, organização dos produtores e com institutos de ciência e tecnologia. As ações da Câmara do Sisal iniciaram-se em fevereiro de 2024 com a sua reativação, depois com reuniões de planejamento de plano de ação. Houve reunião com o MDA em maio de 2024 e, em julho, houve a primeira conferência do Sisal e, em novembro, reunião com o BNB. O Dr. Rafael Mota teceu breves comentários sobre a organização e o funcionamento da cadeia no que tange à parte estrutural e conjuntural. Falou que as exportações do complexo do sisal estão diminuindo e, com referência a 2023, caiu 13,3%. Enquanto isso, as importações tiveram um aumento de 19,4%. Um ponto chave com relação as ações estruturantes é a criação de leis na área trabalhista, utilização de produtos no mercado interno e arrecadação de recursos para desenvolvimento da cadeia.

Dr. Ivo Naves, representante da Apaeb, fez um breve resumo do que foi apresentado pelo Dr. Rafael quando falou do Sisal, pontuando que foram feitas ações pela Câmara Setorial da Bahia nas quais foram feitos contatos com representantes do Ministério da Fazenda e parlamentares. Falou que o Dr Sílvio Porto teve uma participação importante quando foi para o Conselho Monetário os custos do Sisal para o Preço Mínimo. Assim, agradeceu ao Sílvio Porto e ao Thiago que tiveram a sensibilidade de ver essa necessidade do preço mínimo. Por fim, falou da necessidade de um projeto de viabilidade econômica para implantação de uma central de produção para minimizar as piores questões trabalhistas e se poder desenvolver escalas de produção.

O Dr. Thiago Ermano Jorge, representante da ABICANN, teve espaço para apresentação sobre o cânhamo. Falou de como foi o ano do cânhamo e pediu uma maior participação nos grupos de trabalho e espaço para pensar juntamente nos problemas das fibras naturais juntamente com as demais fibras. O Dr. Thiago se referiu às quatro palavras-chaves que utilizaria em sua explanação que são: agricultura, economia, políticas públicas e pesquisa e desenvolvimento. Em 2024, a Abicann, uma associação surgida em 2017, buscou a implementação de políticas públicas junto a todos os órgãos de fiscalização e regulamentação com o fim de se ter no ano de 2025 o cânhamo plantado no Brasil. Nesse contexto, pediu da câmara muito apoio para acelerar esse processo. Falou sobre os produtos do cânhamo como tecidos, cordas, papel, bioplásticos e até materiais de construção. Falou que, por se tratar de uma fibra resistente, há o interesse da agroindústria na utilização do cânhamo plantado no Brasil e acrescentou informação acerca do poder calorífico dessa fibra natural. O cânhamo pode ser utilizado na produção de energia por combustão com poder calorífico muito parecido com o bambu que é de 17 a 18 KJ/Kg com uma vantagem de se poder ter 3 a 4 safras do cânhamo no ano, pois o tempo de crescimento é de 3 a 4 meses. Salientou também a respeito da possibilidade de se utilizar essa planta na pecuária como fármaco para prescrição a animais. Por fim, falou da regulamentação que está sendo planejada com os técnicos da Abicann e a Embrapa, que pediu autorização para cultivo de cânhamo e receberam uma licença específica. A Embrapa está programando 12 anos de pesquisa, distribuída em 4 eixos: desenvolvimento de cultivares, práticas de manejo, pós-colheita e políticas públicas. Concluiu dizendo que 2025 promete para o cânhamo industrial, pois podem sair os cultivos com autorizações do MAPA, podem sair regulamentações e licenças para cultivo em âmbito experimental. Pediu mais uma vez apoio da CSFN para aceleração do processo de reclassificação da planta.

A Dra. Vivian de Araújo Lameira, representante do SINDITEC/PA, teve espaço para apresentação sobre a juta e a malva. Ela fez uma apresentação, trazendo um balanço de 2024 do setor de juta e malva, considerando a realidade das duas culturas que são conduzidas por duas grandes empresas instaladas no norte do país. Apresentou os dados de produção anual com 650 toneladas de fibra de malva e juta no Pará, o que deu um aumento de 53% em relação ao ano de 2023. E no Amazonas foram 5.000 toneladas, um aumento de 51% em relação a 2023. Isso representou um avanço significativo em relação a 2023. Houve uma captação de 80 toneladas de semente de malva, sabendo-se que havia um potencial produtivo de até 150 toneladas de semente. Isso é muito interessante, pois no passado havia uma grande dificuldade de captação de semente, mostrando-se um grande gargalo para o desenvolvimento da cultura. A Dra. Vivian disse que, a nível de importação, houve entrada de fibra da ordem de 5.200 toneladas e de fio foi de 1.094 toneladas. Falou das dificuldades e ameaças para o setor de juta e malva como a ausência de garantia de abastecimento de sementes para suprir a produção no Amazonas por parte do poder público. Entre as dificuldades e ameaças também mencionou a atividade produtiva com baixa aplicação tecnológica, a ausência de pesquisa científica voltada às culturas de juta e malva, bem como a falta de incentivo do setor público para fomentar a atividade. Não esqueceu de falar que as mudanças climáticas têm alto impacto sobre a atividades produtivas, sobretudo na etapa de beneficiamento. Fez um breve comentário acerca de quais foram os avanços do setor como investimento da Castanhal em pesquisa voltada ao melhoramento produtivo, o aquecimento na produção de sementes de Malva no Pará, incentivado pela Castanhal e a estruturação e execução do Projeto Malva que atua incentivando agricultores familiares no Pará e amazonas. Concluiu sua apresentação trazendo as demandas de políticas públicas como a necessidade de fomento pelos governos estaduais, a formação de estoques de sementes de Malva pela Conab, a assistência técnica efetiva para a extensão rural pública e linhas de crédito rurais específicas e com juros baixos dificultada especialmente pela ausência de regularização fundiária.

Deixa-se consignado em memória que a entidade Coopiaçamarin justificou a falta na reunião ordinária, porque não conseguiram acesso à internet devido à localidade no Alto Rio Negro.

Deixa-se consignado em memória que o Dr. Ivo Naves solicitou a republicação de apresentações suas da época em que participava da Conab no site do MAPA. Solicitou que se colocasse isso em memória e esta secretaria ficou incumbida de recolocá-las no site.

A Consultora da Câmara Setorial de Fibras Naturais, Dra. Karine da Silva Araújo, deixou como sugestão a necessidade de trazer algum representante da frente parlamentar para acompanhar as reuniões ordinárias. Por fim, solicitou que um representante de cada fibra encaminhe um resumo do balanço anual e principalmente contendo as demandas.

O presidente Wilson Andrade deu a notícia do afastamento temporário da Consultora da CSFN, Dra. Karine da Silva Araújo e a agradeceu e a enalteceu pelos seus excelentes trabalhos à frente desta função de consultoria.

## **DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO DA CÂMARA:**

<b>Encaminhamentos</b>	<b>Órgão Demandado</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo Esperado</b>
1. Foi sugerida a criação de um Grupo de Trabalho e acordada pelos membros da CSFN para retomar os andamentos da regulamentação da Lei 12.484/2011 - Política nacional de incentivo ao manejo sustentado e ao cultivo do bambu – PNMBC.	CSFN	Trata-se do Decreto que visa regulamentar a Lei nº 12.484/2011 - Política nacional de incentivo ao manejo sustentado e ao cultivo do bambu – PNMBC. O GT terá como objetivo inicialmente identificar os ministérios envolvidos e começar uma mobilização interministerial para a consecução da política.	Coordenador do GT - Dr. Guilherme Korte Abrafibras. Dra. Anelizabeth Teixeira - Rede Brasileira do Bambu.	A partir da criação tem-se o prazo de 12 meses
2. O presidente da Câmara Setorial de Fibras Naturais (CSFN), Dr. Wilson Andrade, sugeriu consultar os Adidos Agroindustriais para auxiliar na demanda do coco do Dr. Fernando Florence. A proposta foi aprovada pela CSFN	Secretaria da CSFN	O presidente solicitou à Coordenação da Câmara, com apoio da consultoria desta, estabelecer um contato direto com a coordenação dos Adidos residentes na Indonésia e Filipinas e outros também produtores de coco para verificarem as condições de produção de coco daqueles países. Condições sanitárias, trabalhistas e ambientais. Falar com representante da SDI/MAPA	Dr. Fernando Florense Secretário Rogério Ferreira Consultora Karine da Silva Araújo.	Janeiro a fevereiro de 2025.

Informa-se que a reunião ordinária foi gravada e a presente memória visa abordar de modo sucinto as apresentações, debates e comentários. Os documentos tratados na reunião, que forem disponibilizados pelos palestrantes, serão publicados no site das Câmaras:  
<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>

#### **APROVAM ESTA MEMÓRIA OS SEGUINTE MEMBROS DA CÂMARA SETORIAL:**

<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
Presidente: Wilson Galvão Andrade	
Secretário: Rogerio Ferreira do Nascimento Paula	
Consultora: Karine da Silva Araújo	